

## SÃO PAULO NOS TEMPOS COLONIAIS.

### AS BASES GEOGRÁFICAS DA VILA QUINHENTISTA.

Quem das alturas contempla o compacto casario da metrópole de São Paulo, quem examina o mosaico de seu levantamento aerofotográfico ou simplesmente desdobra a planta da cidade atual, fica perplexo e quase não acredita que esse imenso bloco urbano, contando já quatro séculos de existência, veio a expandir-se há somente sessenta anos. Fascinante tarefa, que chega por vezes a atingir as raias do inacreditável, a de quem, através de sucessivas abstrações, se abalance a remontar o passado, numa tentativa de reconstituição, o mais possível exata e honesta, dos diferentes estádios desse crescimento realmente prodigioso.

Afastêmo-nos do quadro magnífico de nossos dias, recuando até o meado do século XVI. Colinas de tôpo aplainado, recobertas de vegetação rasteira, com manchas esparsas de bosques naturais; pequenos vales, cujas vertentes, às vezes abruptas, asilavam modestos cursos d'água, a deslizar em busca de várzeas extensas, na mais ampla das quais um rio maior serpenteava, sonolento, tomando o rumo do poente — eis o quadro modelado pela natureza, nas alturas do planalto, que uma serra escarpada e inóspita escondia do homem, à curta distância do mar.

Dentro dessa paisagem de amplos horizontes, limitada só para as bandas do Norte e de Noroeste, nasceu e lentamente cresceu a atual cidade de São Paulo. Não teve nenhuma pedra fundamental, nem um simples marco de granito a assinalar sua fundação; não contou com a presença de nenhuma autoridade civil ou de qualquer representante de El-Rei, o Senhor Dom João III, de Portugal. Surgiu modestamente, silenciosamente, tendo como testemunhas do fato apenas alguns padres da Companhia de Jesús e um grupo de índios.

Com efeito, sôbre a "lombada de campo alto, interposta às águas dos ribeiros Tamanduateí e Anhangabaú" (1), na área central da cidade de hoje, onde está o Pátio do Colégio, ergueu-se, em janeiro de 1554, a casa dos Jesuítas, que seria a pequenina semente da metrópole tentacular de nossos dias.

(1). — Sampaio (Teodoro), *São Paulo no tempo de Anchieta*, em "III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta", pág. 125, Aillaud & Cia., Lisboa, 1900.

Escolheram os seus fundadores, dentre os esporões e colinas que acidentam a topografia do sítio urbano de São Paulo, uma das mais estreitas e escarpadas elevações, para que se tornasse mais segura a defesa, numa época em que os povoadores brancos não se podiam fiar na amizade de tôdas as tribos indígenas e tinham razões de sobra para temer, a qualquer momento, o assalto da indiada hostil.

Do alto dessa lombada, cuja altitude não ultrapassa uns 25 metros acima da planície fluvial, o observador dominava tôda a extensa várzea do Tamanduateí, abrangendo com a vista um horizonte relativamente amplo, que alcançava a calha do Tietê e podia atingir a colina onde hoje se encontra o núcleo principal da Penha. Do lado oposto, em declive também abrupto, o vale do Anhangabaú igualmente ficava sob as vistas do outeiro dominador. Apresentava, pois, o local excelentes condições estratégicas para o tempo e em relação aos recursos bélicos do provável agressor, flanqueado que se achava por fortes desníveis, bem mais pronunciados e íngremes que o declive das ladeiras de hoje.

O modesto Colégio dos padres Jesuítas foi construído junto à escarpa de Leste, “no ângulo da mais funda de suas reentrâncias” (2), num sítio defensivo dos melhores que a região podia oferecer.

Mas não foi êste o único fator que levou o padre Manuel da Nóbrega, Provincial da Companhia de Jesús no Brasil, a preferir aquêl local. Outras razões, reveladoras de seu tino político e claro senso das realidades, incluem-se na categoria dos fatores de natureza geográfica que presidiam o nascimento de São Paulo.

O clima do Planalto Paulistano chamou logo a atenção, graças à sua benignidade, que favorecia a fácil adaptação do europeu, sobretudo em contraste com o da baixada santista-vicentina; e neste sentido depõem os primeiros cronistas.

Descrevendo a pequena vila, em 1565, dizia o padre Baltazar Fernandes:

“E’ terra como essa do Reino fria e temperada”... (cf. Afonso d’E. Taunay, *Non ducor, duco*, pág. 3, São Paulo, 1924). Por sua vez, frei Vicente do Salvador escreveu: “São ares frios e temperados, como os de Espanha, e assim é a terra muito sadia”... (cf. Taunay, obra cit., pág. 9). Simão de Vasconcelos chegou a dizer que os campos de Piratininga mereciam o “nome de Eliseos, ou bem afortunados”, pois “partiu com êles a natureza do melhor do mundo” (*Crônica*, I, 1, n.º 149). E Anchietta, que melhor que ninguém experimentou e observou a vida planaltina, atestou: “E’ terra muito saudável, aonde vivem os homens muito, maximé os velhos” (em *Informação da Província do Brasil para o Nosso Padre*).

(2). — Sampaio (Teodoro), obra cit., pág. 127.

Os rios e ribeiros da bacia do Tietê constituíram outro elemento essencial para os habitantes, desde a fase inicial do povoamento, quer como elementos de defesa e vias de comunicação, quer como reservas de alimento.

Suas enchentes inundavam as várzeas circunvizinhas, dificultando a expansão das atividades humanas, por um lado, mas, por outro, favorecendo as condições de segurança e defesa da colina, em cujo tôpo o Colégio se acastelara. Utilizados como vias navegáveis, êsses cursos d'água serviam aos Jesuítas, em suas peregrinações de missionários, pelas aldeias indígenas disseminadas nos arredores, "a uma, duas e três léguas por água e por terra" (3), e que os padres iam estabelecendo à margem ou nas proximidades dos rios, sempre que possível. Ao *Pôrto Geral*, que se atingia pela encosta correspondente à atual ladeira dêste nome quadri-secular, atracavam as embarcações que, ao longo do Tamanduateí, iam ter às imediações da antiga Ponte Grande, e pelas águas do Tietê, a montante ou a jusante, alcançavam as lavouras das fazendas, abastecedoras da vila nascente (4). Além disso, abundavam os peixes nas águas do Piratininga (primitivo nome do Tamanduateí), em cujas margens, por ocasião das grandes enchentes, podiam ser apanhados "sem muito trabalho entre as ervas", segundo o testemunho de Anchieta (5).

Ademais, maravilharam-se os Jesuítas com as possibilidades agrícolas do lugar onde ergueram sua primeira casa. Nóbrega achou o campo muito próprio "para a criação do gado e todo gênero de cultivos", sendo "tão bom o mantimento desta terra, que não lembra o pão do reino", no dizer do padre Baltazar Fernandes (6). E Anchieta exaltou-lhe as qualidades de maneira verdadeiramente entusiástica:

"...é terra de grandes campos, fertilíssima de muitos pastos e gados, de bois, porcos, cavalos, etc., e abastada de muitos mantimentos. Nelas se dão uvas e fazem vinho, marmelos em grande quantidade e se fazem muitas marmeladas, romãs e outras árvores de fruto da terra de Portugal. Idem, se dão rosas, cravinas, lírios brancos" (7).

---

(3). — Leite (Serafim), S. J., *História da Companhia de Jesús no Brasil*, I, pág. 304, Lisboa, 1938.

(4). — Taunay (Afonso G'É.), *São Paulo no século XVI*, pág. 214, Tours, 1921.

(5). — Cf. Pereira (Batista), *A Cidade de Anchieta*, em "Revista do Arquivo Municipal", n.º XXIII, pág. 66, São Paulo, 1936. — O nome *Piratininga*, dado ao rio e depois aos campos adjacentes, bem como acrescentado ao topônimo de São Paulo, significa "lugar onde seca o peixe", segundo a interpretação etimológica de Anchieta, perfilhada por Teodoro Sampaio, em *O Tupi na Geografia Nacional*, pág. 340.

(6). — Cf. Leite (Serafim), obra cit., I, pág. 269.

(7). — Anchieta, *Cartas*, págs. 423-424.

Na verdade, porém, tais possibilidades econômicas não ultrapassavam as limitadas capacidades do pequenino burgo paulistano, no quinhentismo, sendo bastantes apenas para uma economia de subsistência, que assegurou, contudo, o estabelecimento dos povoadores brancos.

Apesar do relativo isolamento do planalto e a despeito da alcantilada barreira da Serra do Mar (que, aliás, resguardava de incursões marítimas, no quadrante sul, a retaguarda do povoado nascente), as comunicações com os núcleos portugueses do litoral foram mantidas, através do áspero caminho que galgava a encosta, seguindo a antiga “trilha dos tupiniquins” e, mais tarde, através do chamado “Caminho do Padre José ou do Cubatão, mandado abrir pelo Governador Men de Sá, em 1560 (8).

#### O NÚCLEO DE ORIGEM: O COLÉGIO DOS JESUÍTAS.

Nesse quadro geográfico, cuidadosamente explorado pelos Jesuítas a partir de 1550, desde a viagem do padre Leonardo Nunes, o “Abarebebê” (Padre Voador) dos índios, “inspirador da escolha do local em que se fundou Piratininga” (9), decidiu o padre Manuel da Nóbrega erigir o Colégio, por assim achar mais adequado aos seus objetivos.

Razões várias justificavam tal decisão: a localização do Colégio de São Vicente, anteriormente fundado, impunha aos pais dos “corumins” catecúmenos, para irem vê-los, penosa viagem do planalto ao litoral, através da serra agreste, por onde “dificultosamente podem subir nenhuns animais, e os homens sobem com trabalho e às vêzes de gatinhas por não se despenharem”, nas expressões do próprio Anchieta; por outro lado, “a convivência dos estudantes e noviços com os colonos de São Vicente prejudicava a sua formação religiosa e moral”, sendo necessária “a imunização dos índios recém-convertidos” (10), em face dos desregramentos dos habitantes brancos da costa.

Longe dêsse inconvenientes, um Colégio colocado no planalto atenderia melhor às finalidades da obra evangelizadora e educativa da Companhia de Jesus. Destacou, então, o Provincial a missão encarregada de sua fundação, sob a chefia do padre Manuel de Paiva: eram treze religiosos, entre padre e irmãos, dos quais José de Anchieta foi quem mais se consagrou, com zêlo apostolar e com

(8). — A propósito dêsse caminhos, consultem-se, principalmente: Prado (Paulo), *Paulística*, págs. 5-12, Editora Monteiro Lobato, São Paulo, 1925; Abreu (J. Capistrano de), *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, págs. 63-65, Ed. “Sociedade Capistrano de Abreu”, Rio, 1930; e Pereira (Batista), *A Cidade de Anchieta*, loc. cit., págs. 33-38.

(9). — Pereira (Batista), *obra cit.*, pág. 15.

(10). — Leite (Serafim), *obra cit.*, págs. 269-270.

heróicos trabalhos, à instituição e ao progresso do novo estabelecimento jesuítico.

Era o primitivo Colégio de São Paulo uma simples casinha de pau-a-pique barreado, que media 14 passos de comprimento por 10 de largura; servia, ao mesmo tempo, de escola, dormitório, refeitório, enfermaria, cozinha e despensa — segundo informa Anchieta, em uma de suas conhecidas cartas. Ao lado dessa modestíssima habitação, elevou-se o primeiro templo católico de todo o vasto Planalto Brasileiro — uma capelinha rústica, inaugurada em 1556.

Na manhã de 25 de janeiro de 1554, dia consagrado à conversão de São Paulo, o padre Manuel de Paiva celebrou, pela primeira vez, o sacrifício da missa, no alto da colina onde fôra assentada a nova casa da Companhia de Jesús. Daí vem o nome do Colégio, dedicado à memória dessa efeméride da vida do “Apóstolo dos Gentios” (11), nome que viria a designar a povoação logo depois ali aglomerada e ficaria perpetuado no da vila, da cidade setecentista, da metrópole dos nossos dias, acabando por estender-se a tôda a então Capitania, passando depois à Província e ao Estado.

A origem da cidade de São Paulo encontra-se, portanto, nessa “fundação religiosa e escolar” (12), meticulosamente arquitetada pelos missionários vindos de São Vicente e cujo objetivo consistia, apenas, na conversão e educação do gentio, a par da formação de novos professores e evangelizadores da Ordem recentemente fundada por Inácio de Loyola. Por isso mesmo, a primeira função do aglomerado nascente outra não foi senão a de simples *núcleo de catequese*, tarefa a que dedicavam tanto zêlo os reis católicos de Portugal. Caso particular e único, registrado nos primeiros sessenta anos do século XVI, desde que os demais núcleos coloniais até então fundados desempenharam funções diversas, ora de centros de fixação demográfica e colonizadora, como São Vicente, ora de centros administrativos, como a Cidade do Salvador, ora de centros de ação militar, estabelecidos em face das exigências da conquista e defesa da terra, como o primitivo núcleo português do Rio de Janeiro.

#### OS PRIMEIROS POVOADORES.

No planalto de Piratininga, povoadores pré-afonsinos, traficantes de escravos, haviam precedido os Jesuítas.

(11). — Assim vem relatado, na carta quadrimensal de Anchieta (maio a setembro de 1554: “... e celebramos, em paupérrima e estreitíssima casinha, a primeira missa no dia da conversão do Apóstolo São Paulo, e por isso a ela dedicamos a nossa casa”.

(12). — Monbeig (Pierre), *La croissance de la ville de São Paulo*, em “Revue de Géographie Alpine”, t. XLI, pág. 67, Grenoble, 1953.

De fato, antes da chegada de Martim Afonso de Souza, vivia em terras de Serra acima a discutida personalidade de *João Ramalho*, como patriarca dos seus apaniguados, preando selvagens. Genro do caciquê Tibiriçá, dispunha de numerosos aliados indígenas e dominava larga extensão dos campos de Piratininga. Tinha também alguns sócios, como Antônio Rodrigues e outros (13), no comércio de escravos, negociados e exportados no litoral.

A partir de 1550, começaram a concentrar-se tais povoadores graças ao apostolado do padre Leonardo Nunes, homem de larga visão e pulso firme. Conseguiu êle que êsses cristãos “se ajuntassem todos em um lugar e fizessem uma ermida” (14).

Deve ser esta capela a mesma que o Governador Tomé de Souza encontrou, sob a invocação de Santo André, quando visitou a vila (1553), o povoado de João Ramalho (15), dando-lhe o nome de *Santo André da Borda do Campo*. A exemplo do que acontecia no litoral, ia-se regularizando o povoamento das terras de Serra acima, sob a autoridade do “Fronteiro do Campo” — João Ramalho, que teve primeiramente a função de Guarda-Mór da região, outorgada por Martim Afonso, e depois o título e poderes de Alcaide-Mór da vila de Santo André. No entanto, o principal fator dessa regularização seriam, pouco depois, os Jesuítas fundadores do Colégio de São Paulo.

Se bem que os padres visitassem Santo André para dar assistência aos seus habitantes, motivos de dissensão havia entre êstes e aqueles. Habitados à vida livre, estranhavam os colonos a disciplina moral pregada pelos religiosos; contidos na atividade escravizadora pelos catequistas, que se lhes antepunham, como defensores do índio, não escondiam o seu rancor contra os soldados da Companhia de Jesús.

Todavia, parece-nos mais exato não exagerar essa animadversão. Tanto assim que, de Santo André para o vilarejo de São Paulo jesuítico, não tardou que se transferissem habitantes brancos, como testemunhou Nóbrega (16); e o próprio João Ramalho, por cioso que fôsse de sua autoridade e prestígio entre índios e brancos do planalto, não regateou serviços à obra de cristianização e civilização dos incolos, de colaboração com os poderes civis e eclesiásticos, segundo o depoimento do mesmo Nóbrega (17).

Os dois povoados acabaram por se fundir num único, com a transferência da sede do município de Santo André para o lu-

---

(13). — Pereira (Batista), *obra cit.*, págs. 8 e 13.

(14). — Pereira (Batista), *obra cit.*, pág. 8.

(15). — Leite (Serafim), *obra cit.*, pág. 281.

(16). — Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo no século XVI*, pág. 58.

(17). — Ferreira (Tito Lívio), *Gênese Social da Gente Bandeirante*, págs. 85-95, São Paulo, 1944.

gar onde se erguia o Colégio de São Paulo, por determinação do Governador Mem de Sá, em 1560. Causas várias concorreram para a secção dessa medida: a necessidade de concentrar os povoadores do planalto, aumentando-lhes a fôrça e a capacidade de resistência contra os índios inimigos; o desejo dos Jesuítas de fixar em São Paulo o centro de assistência espiritual aos andréenses (18); as vantagens econômicas oferecidas pela área de São Paulo, onde era mais fácil produzir mantimentos e criar gado, como atestam algumas das Atas da Câmara de Santo André (19); e, finalmente, a vontade expressa tanto dos Jesuítas, como do próprio povo de Santo André (20).

#### A VILA QUINHENTISTA.

Efetivou-se, em 1560, a elevação de São Paulo à categoria de *vila*, apenas decorridos seis anos da fundação do Colégio; e, com isso, definiu-se uma nova função: a *função político-administrativa*.

Para a vila recém-instalada, mudou-se o organismo municipal, que havia ensaiado seus primeiros passos em Santo André. Constituída de reduzido número de Oficiais, nem por isso a Câmara de São Paulo deixa de se afirmar para logo, como relevante fator de fixação do núcleo de povoamento nascente (21). Sem demora, vai-se despertando uma consciência comunal das necessidades coletivas e dos interesses locais, que acabou por fortalecer nos habitantes o apêgo ao torrão onde viviam e os tornou mais solidários, em tórno da autoridade municipal.

Tinha o povo participação ativa e direta na administração, quando convocado nos "ajuntamentos", em praça pública, para dirigir petições ao Conselho pela voz de seu Procurador, ao qual ia dar apóio imediato. Distribuindo justiça, baixando posturas a respeito de assuntos de interesse coletivo, zelando pelo patrimônio municipal, decretando fintas e recolhendo rendas, promovendo e fiscalizando benfeitorias públicas, superintendendo a construção de obras, providenciando sôbre o abastecimento da população, inspecionando atividades particulares relacionadas com o bem-

(18). — Leite (Serafim), *obra cit.*, pág. 283.

(19). — Leite (Serafim), *obra cit.*, pág. 283.

(20). — Em representação enviada à rainha Dona Catarina, em 1561, os camaristas de São Paulo, antigos vereadores de Santo André, declaravam a propósito do ato de Mem de Sá, que "... todos nós lho pedimos por uma petição..." (cf. Serafim Leite, *obra cit.*, pág. 284).

(21). — A edilidade de São Paulo, no século XVI, se compunha de um Juiz Ordinário, dois Vereadores, um Procurador do Conselho, além do Almotacé, Alcaide, funcionários subalternos. A respeito das funções desses Oficiais da Câmara, consulte-se Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo nos primeiros anos*, págs. 16-20, Tours, 1920.

estar do povo, aferindo pesos e medidas, olhando pela limpeza das vias e logradouros, policiando as ruas e cuidando do sossêgo das mesmas, os camaristas e seus subordinados, por deficiente que fôsse sua atuação (e muitas vêzes o foi), concorriam para que se regularizasse a vida social e se consolidasse o vilarejo incipiente.

Árduos foram os anos iniciais da vila paulistana, inquietada pela constante ameaça de ataques dos indígenas contrários. Esse problema de defesa contra o gentio hostile impôs uma terceira função — a *militar*: abrigada por detrás de seus muros defensivos, a vila quinhestista apresentava o aspecto de uma acrópole rústica, senhoreando os campos e várzeas circundantes, de onde podia surgir a surpresa dos assaltos armados.

À porta do sertão desconhecido, inçado de selvícolas insidiosos, o primeiro cuidado do conquistador branco deve ter sido a proteção de seus pastos, plantações e moradas contra o inimigo destruidor.

Já no povoado de Santo André, onde se afazendara a gente de João Ramalho, o casario era cintado de toscas fortificações. E as Atas da Câmara da vila referem as exigências da defesa militar e aludem à iminência de renovados ataques: “Tynhamos novas que nobos hindios se vynhão escõtra nós” (22).

Idênticas necessidades de defesa impuseram-se a São Paulo de Piratininga. Percebe-se o previdente zêlo dos Jesuítas, desde os primeiros anos, salientando-se Anchieta nesses cuidados. As primitivas fortificações da vila parece que obedeceram a um estudado plano de castramentação. “Desde os primeiros dias cercou-se de muros e estacada” a restrita área central de defesa, cujo perímetro correspondia aproximadamente ao do atual “Triângulo” (23). Cêrcas de pau-a-pique, amarradas com cipó, e muros de barro de sopapo, taipados a mão, com poucas portas de entradas com baluartes e guaritas para as atalhas, compunham a tôsca cidadela (24).

No atual estádio das pesquisas históricas, difícil, senão impossível se nos afigura restaurar com precisão o traçado da linha de muros defensivos, à falta de seguras informações documentárias, menos ainda de vestígios arqueológicos, que não podiam restar dessas construções, frágeis demais para vencer tempo tão longo. Neste ponto, há de limitar-se o pesquisador à tentativa de reconstituições conjecturais.

(22). — Praço (Paulo), *Paulística*, pág. 49.

(23). — Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo no século XVI*, pág. 84.

(24). — Teodoro Sampaio menciona quatro portas da vila: duas ao Norte, guardadas pelos guerreiros do cacique aliado Tibirecá; duas ao Sul, pelos homens de seu emulo Caiubi (*obra cit.*, pág. 129).

Batista Pereira, por exemplo, colocou o perímetro dos muros ao longo da beira das escarpas da colina fortificada, entre os seguintes pontos da cidade atual: largo de São Bento, largo de São Francisco, alto da ladeira da Tabatinguera e largo de São Bento (25). Mas Nuto Sant'Anna considera êsse traçado um absurdo, sendo de opinião que as fortificações passariam pelas ruas do Tesouro, Direita de Trás da Sé, Santa Teresa e Carmo, terminando na Igreja do Colégio; por isso mesmo, as ruas dessa área conservaram um traçado irregular e quase em semi-círculo (26).

Completava-se o sistema defensivo, além dos muros, mediante aldeamentos de índios amigos e postos fortificados (27), em "pontos considerados estratégicos do lado dos sertões", conforme a observação de Teodoro Sampaio (28). Não é demais encarecer que êsse aparelhamento de defesa foi essencial para a sobrevivência da vila de São Paulo aos ataques que lhe desfecharam.

Daí o zelo com que tratou o solícito Conselho Municipal de construir, conservar, reparar e melhorar as fortificações, como provam constantes passagens de suas Atas (29).

Apesar das gestões pacificadoras dos Jesuítas, que logo captaram a confiança de várias tribos vizinhas, não escapou São Paulo às incursões guerreiras dos índios, que começaram com o assédio empreendido pelas hostes coligadas de Guaianás, Carijós e Tamóios (1562).

Nessa emergência, provou a cidadela paulistana sua inexpugnabilidade, resistindo ao assalto, em dura refrega, na qual os Guaianás aliados formaram o grosso da tropa defensiva, sob a chefia de Tibireçá. Depois disso, viveram os moradores de São Paulo, por vários anos, sem o sobressalto de novos ataques. Só em 1593, souo novo rebatê de guerra com a notícia da presença de hordas inimigas nas cercanias de Piratininga. Pouco a pouco, entretanto, ia refluindo para o sertão distante a indiada rebelde, fustigada pelas campanhas preventivas, que empreenderam os Capitães-Mores de São Vicente, sob a instigação dos camaristas de São Paulo. Desde 1596, não mais se registrou a presença de tribos hostis, a cujo alance ficasse a vila.

Firmou-se, pois, o núcleo de povoamento iniciado pelos Jesuítas, vindo a consolidar-se progressivamente, sob a tutela moral e religiosa dos padres e sob a proteção do poder civil organizado.

(25). — Pereira (Batista), *obra cit.*, págs. 78-79.

(26). — Sant'Anna (Nuto), *Os muros defensivos da Vila*, em "O Estado de São Paulo", 25 de janeiro de 1954.

(27). — Pereira (Batista), *obra cit.*, págs. 79-81 — "O campo entricheirado de Piratininga".

(28). — Cf. Pereira (Batista), *obra cit.*, pág. 80.

(29). — Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo nos primeiros anos*, págs. 7-14.

Em contacto com uma natureza virgem, tão diversa da que conheciam no Velho Mundo, e por mais que procurassem adaptar seus usos e costumes ao novo ambiente, não conseguiram os colonizadores fugir às contingências mesológicas, acentuadas pelo isolamento decorrente da situação geográfica, em que se achavam. Assim, de início e por muito tempo, a existência do pequeno grupo humano foi necessariamente simples e rude, sendo condicionada pelas influências poderosas e peculiares do meio físico, que lhe impunha padrões de vida mais ou menos distanciados dos “costumes, técnicas ou tradições vindos da Metrópole” (30).

Ficou a vida da vila planaltina constrangida por essas condições geográficas, das quais derivou o caráter até certo ponto autárquico de suas atividades econômicas.

“Enquanto os colonos da zona do açúcar usufruíam considerável bem-estar e mantinham intenso comércio com o Reino, a capitania paulista criava sua civilização autônoma, podendo-se dizer que este ciclo perdurou por cerca de cento e cinquenta anos” (31).

Se alguns fatores naturais, como o clima e as possibilidades de produção agrária, favoreceram o estabelecimento dos povoadores europeus, não é menos certo que as bases geográficas apenas propiciavam modesto desenvolvimento econômico. Com efeito, seria a produção local por longo tempo reduzida, quase não ultrapassando os limites de uma precária economia de consumo (32), cujas mercadorias exportáveis, de escasso valor, mal bastavam para entreter acanhado comércio com as vilas da marinha.

A base essencial da produção era a terra. Além das árvores frutíferas, inclusive as de espinho, de origem européia e aclimadas aqui, além das “restingas de mantimentos de raiz”, medravam os vinhedos, trigais e algodoads, necessários à alimentação e ao vestuário. Espaço e pastagens naturais não faltavam para a criação de gado, que desde cedo se praticou nos campos de Piratininga. Das atividades agrárias, derivavam as rudimentares indústrias de época: a moagem do trigo para o pão; a manufatura de tecidos; a fabricação de chapéus de feltro, que prosperou até fins do século e desapareceu depois, com a extinção dos rebanhos de lanígeros (33); a indústria de “carnes sequas e salgadas”, que provocou a carestia do sal, “objeto exclusivo de importação” (34); e, sobretudo, o fabrico

---

(30). — Holanda (Sérgio Buarque de), *Monções*, págs. 18-19, Rio, 1945.

(31). — Simonsen (Roberto), *A Evolução Econômica de São Paulo*, em “Paulistânia”, ano II, n.º 6, pág. 17, São Paulo, 1940.

(32). — Simonsen (Roberto), *História Econômica do Brasil*, tomo I, pág. 326, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.

(33). — Machaço (Alcântara), *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 49, São Paulo, 1929.

(34). — Taunay (Afonso d’E.), *São Paulo nos primeiros anos*, pág. 178.

da marmelada, cuja importância, como principal artigo de exportação, foi realçada por Taunay (35).

A produção mineral, que o Governador Geral D. Francisco de Souza tanto procurou estimular, resumiu-se na exploração do ouro de lavagem, principalmente nos depósitos do Jaraguá (36), e na primeira tentativa de aproveitamento das jazidas ferríferas de Ipanema, em 1590 (37), atividades essas de mínima influência sobre a vida urbana.

Desde os primórdios de São Paulo, estabeleceu-se o intercâmbio econômico entre o planalto e o litoral: para abastecer os habitantes da costa, podia a produção paulistana fornecer algum excedente de algodão, mantimentos, gado e couros, recebendo vinho, armas, utensílios, pólvora e sal, que traziam os veleiros da metrópole. Comércio de Afonso Sardinha (38), e cuja rudimentariedade é atestada pela escassez da moeda, em virtude da qual o mero escambo de mercadorias substituiu as verdadeiras transações mercantis.

Essa carência de numerário perdurou até o século XVIII, funcionando como meios de pagamento, além dos panos de algodão, "mantimentos e carnes, e cêra, e couros, e gado, bois, vacas e porcos, porquanto não há outra fazenda", como reza um documento da época (39).

A escravidão do indígena, que veio a ter importância comercial só no século XVII, já constituía fator econômico básico, nos primeiros tempos. Com efeito, o índio escravizado permitiu resolver o problema da mão-de-obra. Foram baldadas tôdas as medidas legislativas da Corôa, restritivas ou proibitivas da escravização do gentio, que se desenvolveu como um imperativo econômico, em face da escassez de povoadores brancos.

Mais considerável do que à primeira vista possa parecer foi o papel desempenhado pelos índios, na colonização do Planalto Paulistano. Como aliados de guerra, forneciam apreciáveis contingentes. E na vida econômica formavam a reserva de braços para as lavouras e constituíam o meio de transporte das mercadorias, que chegavam à vila ou dela partiam, às costas dos cargueiros humanos, os quais, em fila indiana, varavam penosamente as perigosas trilhas abertas, por entre despenhadeiros, nas elevadas e ásperas vertentes da serra marítima, impraticáveis para ani-

(35). — Taunay (Afonso d'E.), obra cit., pág. 141 e seguintes.

(36). — Cf. Simonsen (Roberto), *História Econômica do Brasil*, tomo I, pág. 333; e Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo no século XVI*, pág. 254.

(37). — Taunay (Afonso d'E.), obra cit., pág. 259; e Garcia (Emanuel Soares Veiga), *A Real Fábrica de São João de Ipanema*, em "São Paulo em Quatro Séculos", vol. I, págs. 337-338, São Paulo, 1953.

(38). — Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo no século XVI*, págs. 197-198.

(39). — Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo nos primeiros anos*, pág. 82.

mais. Explica-se, portanto, o aumento em proporção cada vez maior, relativamente aos brancos, da população indígena (40), bem como a legislação municipal a respeito do tráfico vermelho, em defesa dos interesses locais (41).

A rudeza do meio e a simplicidade dos costumes reduziam ao mínimo as necessidades materiais do vilarejo, as quais contudo exigiam certas utilidades de consumo imediato. Para tanto bastava uma exígua produção manual, que demandava diminuto número de artífices, cujo trabalho foi organizado em moldes ainda e até certo ponto corporativos.

Interveio a autoridade municipal para regulamentar a produção, arremetendo os “oficiais mecânicos” em grupos, conferindo a cada ofício o seu competente Juiz, fixando normas ao trabalho, estipulando preços de produtos e serviços, tanto em defesa dos direitos do artesão, como dos interesses do consumidor. Registram as Atas repetidas providências do Procurador Geral e da Câmara de São Paulo, sobre tais matérias, como ocorreu em 1593 (42). Assim, a pequena indústria manual, associativamente organizada, integra-se na vida econômica da comunidade, constituindo mais um fator de estabilidade do núcleo urbano em formação.

Por muito tempo, êsse núcleo permaneceu adstrito aos estreitos limites do triângulo, “em cujos vértices figuram as igrejas de São Francisco, São Bento e Carmo” (43). Não passava de um vilarejo, cujo centro de vida social era o Colégio dos Jesuítas. O casario constituía-se de simples aglomerado de modestíssimas habitações de taipa, cobertas de sapé, só começando a aparecer as coberturas de telhas no último quartel do século XVI (44).

“Não havia telhas, porque não havia oleiros nem olarias; e como poderia montar-se uma olaria sem que primeiro houvesse bois ou equinos para tirar a almanjarra, que faz girar os cilindros amassadores do barro?” (45).

Sòmente em 1575 apareceu, na vila, o primeiro fabricante de telhas, o qual

“em presença de todos disse que êle se queria vir a morar nesta vila e se queria obrigar a fazer telha para se cobrirem as moradas desta vila, por ser coisa para enobrecimento dela e ser muito necessário”... “por rezoão desta vila estar coberta de palha e correr riscó por rezoão do fogo” — conforme reza a Ata da Câmara (46).

(40). — Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo no século XVI*, pág. 155.

(41). — Taunay (Afonso d'E.), *obra cit.*, pág. 158.

(42). — Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo nos primeiros anos*, págs. 135-136.

(43). — Machado (Alcântara), *obra cit.*, pág. 27.

(44). — Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo nos primeiros anos*, págs. 110-111.

(45). — Mota (Otoniel), *Do Rancho ao Palácio*, pág. 9, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1941.

(46). — Cf. Mota (Otoniel), *obra cit.*, pág. 9.

Nos documentos mais antigos, não aparecem denominações precisas dos arruamentos ainda mal traçados. Só a partir de 1809 foi instituída uma nomenclatura oficial, a princípio substituída pelos nomes que o próprio povo ia dando às ruas e logradouros (47), e que, em numerosos casos, sobreviveram até hoje: São Bento, Direita, São Francisco, Carmo, Boa Vista, etc. Desde os primeiros anos, diligenciou a Câmara por que fôsse demarcado o “rocio da vila”, que era a área reservada à Municipalidade e dentro da qual fazia ela concessões de terras e chãos (48).

Para além do núcleo urbano, disseminadas pelos vales fluviais, até os arredores das várzeas do Tietê e do Pinheiros, as fazendas da zona rural e os aldeamentos indígenas completavam o estabelecimento colonial do planalto, como elementos econômicos e demográficos.

Desde os alvôes da catequese, em tórno da vila gravitaram as “aldeias”, de início flutuantes e depois fixadas pelos Jesuítas, às vêzes com apóio das autoridades civis, para melhor poderem evangelizar e educar o gentio. Desempenhou assim o Colégio o papel de núcleo fixador dêsses aldeamentos, “que vieram a ser mais tarde a melhor defesa de São Paulo” (49).

Identificar-lhes os nomes e a localização é tarefa espinhosa, à falta de informações precisas (50). Situavam-se a variáveis distâncias da vila, mas eram acessíveis, a despeito da aspereza dos caminhos e dos precários meios de transporte (51). Vivendo em função da catequese, pouco ou mesmo nada influíram na vida econômica da vila, transformando-se, porém, muitos dêles em núcleos de povoamento fixo, como Pinheiros, Ibirapuera (Santo Amaro), Embú, Itapecerica, Itaquaquecetuba, São Miguel, Guarulhos, que hoje constituem bairros ou subúrbios de São Paulo.

Os antigos aldeamentos indígenas constituíram, pois, as sementes remotas da atual área suburbana, hoje caracterizada por suas atividades rurais ou industriais e em relação à qual São Paulo exerce, como centro de atração, verdadeira função regional (52).

Tal função, de certo modo e em menores proporções, já se vislumbra no século XVI, relativamente à zona rural, que se formava, além dos muros da vila quinhentista. Com efeito, São Paulo se erigia como centro daquela zona, com a qual se articulava economicamente. Dos campos circunvizinhos e das lavouras distan-

(47). — A propósito dessas denominações, veja-se: Machado (Alcântara), *obra cit.*, págs. 29-33; e Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo nos primeiros anos*, págs. 98-99.

(48). — Taunay (Afonso d'E.), *obra cit.*, págs. 99-100.

(49). — Leite (Serafim), *obra cit.*, I, págs. 301-302.

(50). — Leite (Serafim), *obra cit.*, I, pág. 301.

(51). — Leite (Serafim), *obra cit.*, I, pág. 304.

(52). — Monbeig (Piere), *obra cit.*, págs. 69-70.

tes (53), procedia a produção do solo, de que viviam os habitantes do minúsculo núcleo urbano, ao passo que os fazendeiros, em seus domínios territoriais, quase completamente isolados, abasteciam-se praticamente de quase tudo de que careciam para sua subsistência (54). Da exploração da terra, decorriam a opulência e a ascendência social desses fazendeiros quinhentistas, que dominavam “debaixo de sua administração muitos centos de índios” (55), para lavrar as vastas áreas de suas sesmarias (56).

Na vila aglomerada à sombra do Colégio, sob o influxo do poder municipal e sob a proteção de suas rústicas obras de defesa, estruturou-se, pois, uma sociedade de lavradores, que morava dentro do perímetro urbano e cultivava o solo nas áreas rurais circunjacentes. As atividades da comunidade incipiente desdobravam-se “entre o campo e o vilório” (57): ao cabo da labuta diária, nas lavouras, recolhiam-se a suas humildes moradas os camponeses que haviam partido para o amanho da terra.

Apresentava, portanto, a vila do São Paulo quinhentista uma forma comparável à das *aldeias* portuguesas ou, mesmo, dos *villages* franceses: seus habitantes mourejavam nas roças e campos de criação dispersos pelo têrmo da vila, embora morassem no pequenino povoado, que se abrigava no cimo fortificado da acrópole.

Nesse núcleo fixou-se uma população que, pelos fins do século XVI, andaria por um milhar de almas ou pouco mais, somando as habitações entre 120 e 150 fogos (58). Quanto à sua composição étnica, era constituída essencialmente de mamelucos, brancos e índios, com ínfima parcela de negros (59).

O século XVI pode ser caracterizado como sendo o da fixação da vila e de seus vizinhos focos de povoamento (aldeiamentos indígenas e fazendas). Foi, também, a época em que se começou a definir e afirmar aquêle espírito de autonomia, que tão bem

(53). — Sobre as fazendas e fazendeiros do quinhentismo, consulte-se: Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo no século XVI*, págs. 212-215.

(54). — A respeito da supremacia social e econômica do meio rural sobre o urbano, veja-se Machado (Alcântara), *obra cit.*, págs. 40-42 e 49-50.

(55). — Taunay (Afonso d'E.), *obra cit.*, pág. 212.

(56). — Sobre as antigas sesmarias da Capitania de São Vicente, veja-se Moura (Gentil de Assis), *Santo André da Borda do Campo*, em Rev. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XIV, São Paulo, 1912; Pereira (Batista), *obra cit.*, págs. 40-47; Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo no século XVI*, págs. 212-213.

(57). — Ferreira (Tito Lívio), *A sociedade paulistana no século XVI*, em “São Paulo em Quatro Séculos”, págs. 296-300.

(58). — Cf. Taunay (Afonso d'E.), *São Paulo no século XVI*, pág. 188; e Cardim (Fernão), *Tratado da Terra e Gente do Brasil*, págs. 314-315, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.

(59). — Fernandes (Florestan), *Do Escravo ao Cidadão* (Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo), em “Anhembi”, n.º 30, págs. 441-442, São Paulo, maio de 1953. Síntese das causas determinantes do escasso número de escravos negros.

distingue a vida municipal de São Paulo, durante o curso de sua história (60).

“Pelos fins do século XVI, a região de São Paulo apresenta os rudimentos de uma nação, ao passo que a Bahia e as dependências do Norte eram uma fazenda de Portugal na América”, notou Oliveira Martins (61). Na fase do Bandeirismo, mais se acentuou essa tendência autonomista e municipalista, tantas vezes manifestada nas Atas da Câmara paulistana, cujos magistrados não descuravam de alçar a voz, na salvaguarda dos interesses locais.

Todavia, o crescimento da vila era obstado por fatores naturais e econômicos desfavoráveis. Nas vilas litorâneas do Brasil meridional, as lavouras canavieiras iniciais da estreita e insalubre orla marítima não alcançaram o desenvolvimento das da Bahia e do Nordeste. Por isso, essas vilas, escassamente povoadas, não exigiram do núcleo de Serra acima uma intensa produção agro-pecuária para abastecê-las, como ocorreu na zona de criação do Sertão nordestino, que funcionou como abastecedor dos centros de população da Zona da Mata (62). Assim, à falta de produção agrícola e mineral, capaz de alimentar uma atividade comercial de vulto, e mantida em relativo isolamento, em virtude da Serra do Mar e da dificuldade de comunicações com o litoral e a Metrópole, estagnou a vila quinhentista.

Ao findar o século XVI, São Paulo, de Piratininga era ainda um acanhado núcleo demográfico e econômico, fixado como “boca de sertão”, à porta do interior desconhecido e despovoado de colonizadores. Mas — caso único no primeiro século, em terras brasileiras —, firmara-se como foco organizado de colonização, além da faixa litorânea povoada, graças à sua tríplice função religiosa, militar e administrativa, quando já se prenunciava a expansão geográfica para o sertão, movimento de que São Paulo foi o principal centro gerador e que lhe caracteriza a história, a partir do século XVI.

#### A “CAPITAL” DO BANDEIRISMO.

O fato dominante da história de São Paulo, durante o seiscentismo, é a expansão das Bandeiras. O reduzido núcleo de povoamento, que se condensara e consolidara no século XVI, passava a exercer uma *função nova*, como centro irradiador das famosas penetrações de sertanistas: função de desbravamento e de conquista,

(60). — Sobre esse espírito de autonomia, veja-se: Taunay (Afonso d’E.), *São Paulo nos primeiros anos*, cap. XI e XII; e *São Paulo no século XVI*, págs. 174-175.

(61). — Cf. Prado (Paulo), *obra cit.*, pág. 34.

(62). — Monbeig (Pierre), *obra cit.*, pág. 70.

tão considerável por suas relevantes conseqüências para a formação territorial e política do Brasil, mas que de modo algum concorreu para o desenvolvimento urbano, demográfico e econômico da vila paulistana.

Inicialmente impulsionado pelo Governador-Geral D. Francisco de Souza (63), ampliou-se espontaneamente o movimento das Bandeiras, sob a influência de incoercíveis imperativos, sobretudo econômicos, ativando-se continuamente até fins do seiscentismo. Movimento assim tão vasto estimulou as melhores iniciativas, absorveu as energias mais varonis da população válida, atraída pela miragem do sertão, onde o bandeirante aventureiro esperava descobrir a sonhada prosperidade, que lhe negavam as limitadas possibilidades econômicas dos campos de Piratininga.

A partir da Regência do Príncipe D. Pedro de Portugal (1667), voltou a Corôa, ávidamente interessada na descoberta de minas, a incentivar os sertanistas de São Paulo, mediante a concessão de favores, títulos e honrarias. E só quando foram localizadas as primeiras jazidas auríferas, começou a declinar o movimento, ao qual sucedeu a época da mineração e do povoamento regular das terras anexadas ao domínio português, em virtude dessa expansão.

Foram predominantemente econômicas as causas do Bandeirismo. Era notória a pobreza da vila, como atestam os inventários paulistas da época colonial, paciente e argutamente analisados por Alcântara Machado (64). Era frisante o contraste entre o escasso valor das lavouras de São Paulo e a opulência dos engenhos de açúcar do Nordeste. Daí, na vida paulistana do século XVII, a importância do sertão misterioso e ignorado, “por os moradores não poderem viver sem o sertão”, como declararam os Oficiais da Câmara, numa vereança de 1640 (65), ou porque muitos partiam, à maneira de Afonso Dias, “. . . a buscar minha vida neste sertão. . .”, conforme depõe com simplicidade aquêlê sertanista, em seu testamento (66). Entretanto, nesse traçoeiro *El-Dorado*, o bandeirante muitas vêzes encontrou menos a riqueza que os simples meios de subsistência, não raro achando apenas a miséria ou a morte.

O primeiro móvel econômico das Bandeiras foi a escravização do indígena. Já existia a escravidão, desde os primórdios do povoamento em São Vicente. E, em 1548, um observador coevo calculava, para a Capitania de Martim Afonso de Souza, cêrca de 3.000 escravos, numa população em que havia sòmente 600 brancos (67).

(63). — Taunay (Afonso d'E.), *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, vol. I, págs. 3-10, São Paulo, 1926.

(64). — Machado (Alcântara), *obra cit.*, especialmente os capítulos referentes ao mobiliário, à baixela, ao vestário e à carência de dinheiro; e Ellis Júnior (Alfredo), *Resumo da História de São Paulo*, Tipografia Brasil, São Paulo, 1942.

(65). — Machado (Alcântara), *obra cit.*, pág. 243.

(66). — Mota (Otoniel), *obra cit.*, pág. 125.

(67). — Prado (Paulo), *obra cit.*, pág. 48 (cartas de Luís de Góis ao Rei de Portugal).

A necessidade de mão-de-obra para as roças e fazendas locais, a utilização de arcos e flechas para a guerra e a defesa dos colonos, mais ainda a procura de braços para os latifúndios açucareiros do Nordeste, durante o domínio holandês, quando ficou temporariamente interrompido o tráfico de negros africanos — tôdas essas causas determinaram o desenvolvimento das Bandeiras de apresamento ou de caça ao índio, de “cunho francamente guerreiro” (68).

Com a decadência do Bandeirismo de apresamento (69), o objetivo econômico das expedições passou a ser a busca de minas de ouro e pedras preciosas, que assume maior vulto com a heróica arrancada de Fernão Dias Pais, no sertão mineiro, a partir de 1673. Desde então, multiplicaram-se as Bandeiras do ciclo do ouro, no rumo das Minas-Gerais, desviado depois para Mato Grosso e Goiás, quando o advento dos Emboabas provocou o interesse por novos descobertos auríferos.

O elemento humano por excelência das Bandeiras foi o mameluco paulista do século XVII, audaz, vigoroso e fragueiro, afeito ao meio geográfico em que se desenrolava sua espantosa aventura. Essa gente mestiça — a “raça de gigantes”, na consagrada frase de Saint-Hilaire (70) — produto do cruzamento do português com o índio, herdara das duas raças geradoras as qualidades típicas do sertanista, apuradas pela consangüinidade e a endogamia, no isolamento do planalto (71). Aquêles homens fortes e rudes, que se lançavam ao continuado devassamento do sertão remoto, tudo empenhavam — robustez física e energias morais, cabedais e crédito, na organização da Bandeira.

“Sociedade de capital e indústria”, definiu-a Alcântara Machado (72), na qual o bandeirante (a exemplo do que se verifica no comércio marítimo) muitas vêzes recorria ao “armador”, que lhe fornecia os elementos para a “armação” da entrada: escravos, correntes, armas, munições de guerra e de bôca, e as famosas cou-raças acolchoadas de algodão (73).

Dessa empreitada febril, que assume aspectos de quase migração desordenada, todos participam — homens feitos, anciões,

(68). — Prado (Paulo), obra cit., págs. 52-62; Ellis Júnior (Alfredo), obra cit., págs. 159-160 e 225; e Simonsen (Roberto), *História Econômica do Brasil*, tomo I, págs. 315, 319-322.

(69). — Ellis Júnior (Alfredo), obra cit., págs. 226-228, onde faz a análise das causas dessa decadência.

(70). — Saint-Hilaire (Auguste de), *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 33, Livraria Martins, São Paulo, 1940. Cumpre não esquecer a influência de outras etnias, sobretudo os espanhóis (cf. Taunay, *São Paulo no século XVI*) e os judeus (cf. Paulo Prado, *Paulística*, págs. 18-19).

(71). — Prado (Paulo), obra cit., págs. 15-16, 21-23 e 66-69; Ellis Júnior (Alfredo), obra cit., págs. 154-157, e *Raça de Gigantes*, São Paulo, 1926.

(72). — Machado (Alcântara), obra cit., pág. 249.

(73). — Machado (Alcântara), obra cit., págs. 250-251.

adolescentes e até filhos de menor idade, que os pais incluem nas expedições. A vila ficou, por vêzes, despovoada, “despejada pelos moradores serem idos ao sertão”, conforme reza uma Ata municipal de 1623. E o formidável movimento não se detém nem mesmo diante dos obstáculos erguidos pela natureza agreste, das cila-das do bugre hostil, da penosa escassez de alimentos, do desconfôrto e das fadigas de intermináveis jornadas, em suma das mil dificuldades que o rudimentar aparelhamento das Bandeiras mal podia vencer (74).

Surpreende, por isso, que, assim providas de meios tão poucos, tenham as Bandeiras atingido limites tão extremos, palmilhando terras do Paraguai e da Argentina, ao deavassar o sertão meridional, no encaço da escravaria indígena, raiando pelo sertão nordestino e pelo vale do Amazonas em expedições de guerra ao gentio rebelde, embrenhando-se pelo sertão centro-occidental, em busca do ouro.

Essa prodigiosa expansão, que ensejou triplicar o domínio colonial português, a oeste do meridiano de Tordesilhas, e formar a imensa base territorial do Brasil hodierno, foi condicionada por fatores geográficos especiais, a começar pela posição da vila paulistana. Por sua situação, como centro demográfico isolado no planalto, era São Paulo o ponto de convergência e partida das vias de penetração para as regiões do Sul e do Centro-Oeste do país (75).

No rumo do Sul, além das modestas elevações dos terrenos da série São Roque, abriam-se os caminhos até o vale do Paranapanema e de seus afluentes da margem esquerda, em demanda das “missões” mantidas pelos Jesuítas espanhóis, em terras do atual Estado do Paraná. O vale do Tietê norteava a penetração para Oeste, a partir de Araritaguaba (Pôrto Feliz), permitindo alcançar o rio Paraná e seus tributários da margem direita, em terras de Mato Grosso. Ainda no rumo do Brasil Central e facilitado pelas linhas do relêvo, o caminho que levava ao atual Triângulo Mineiro, passando por Jundiáí, Campinas e Franca, assegurava o acesso aos planaltos de Goiás e à região de Cuiabá. E o centro montanhoso de Minas Gerais atingia-se pelos vales modelados nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira (na atual região de Atibaia e Bragança), bem como pelo vale do médio Paraíba do Sul, ao qual se chegava sem obstáculos, através da região de Mogi das Cruzes, bastando vencer a linha divisora de águas do Tietê-Paraíba. Este

---

(74). — Machadô (Alcântara), obra cit., págs. 252-254; e Prado (Paulo), obra cit., págs. 64-66.

(75). — Consulte-se Prado Júnior (Caio), *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo*, em “Geografia”, ano I, n.º 3, págs. 239-262, São Paulo, 1935; e *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)* — págs. 241-242; 247-248, 2a. Edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1945.

último caminho, tão bem descrito por Antonil (76), conduzia ao sopé da Mantiqueira, onde os sertanistas logo descobriram colos transponíveis, como a garganta de Embaú, nas proximidades do antigo povoamento de Guiapacaré (atual Lorena). Eméritos pesquisadores (77) esquematizaram admiravelmente essas vias de penetração e de acesso, fixadas através de caminhos explorados pelas Bandeiras e traçados conforme a disposição da rêde hidrográfica, que evidentemente as favorecia (78).

Em pleno surto do Bandeirismo, reforçou-se aquêlê espírito de autohomia, que se vinha definindo desde o século XVI. Plenamente cõscios do vulto de seus arrojados cometimentos, experimentavam os bandeirantes o sentimento cada vez mais vivo de uma comunidade paulista, quase inteiramente isolada, no seio do império português.

Em suas destemerosas empreitadas, os paulistas não recuavam diante de imposições das autoridades lusitanas, agiam contra as leis restritivas da escravidão, procediam como régulos nas regiões senhoreadas pelas Bandeiras (79). Essas manifestações autonomistas, que culminaram no episódio da tentativa de aclamação de Amador Bueno como Rei, em 1641, ainda perduraram até fins do seiscentismo (80) e primeira década do século XVIII (81). Em 1693, o Governador do Rio de Janeiro, Antônio Pais de Sande, informava o Rei D. Pedro II, a respeito dos paulistas:

“são homens briosos, valentes, impacientes da menor injúria, ambiciosos de honras, amantísimos de sua pátria, benéficos aos forasteiros e adversísimos a todo ato servil”.

Em meio a essas afirmações de independência, agravou-se o conflito com os Jesuítas, infatigáveis protetores do gentio, que acabaram sendo expulsos da vila em 1640, por ação conjunta do povo e das autoridades municipais (82). Entrava assim em declínio a

(76). — Antonil (André João), *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, págs. 238-241, Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1923.

(77). — Veja-se, além de Antonil, *obra cit.*, principalmente: Abreu (Capistrano de), *Capítulos de História Colonial*, págs. 142-143, e *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, ed. Sociedade Capistrano de Abreu, Rio, 1928 e 1930; Monbeig (Pierre), *obra cit.*, págs. 71-72; Prado Júnior (Caio), *obra cit.*, págs. 250-257, com mapa das estradas paulistas; Taunay (Afonso d'E.), *História das Bandeiras Paulistas*, vol. II, pág. 316, Ed. Melhoramentos, São Paulo; Simonsen (Roberto), *obra cit.*, tomo II, pág. 28, com mapa das vias de penetração e caminhos antigos.

(78). — Monbeig (Pierre), *obra cit.*, págs. 72-73.

(79). — Cf. Jardim (Caio), *São Paulo no século XVIII*, em *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLI, págs. 150-152, São Paulo, 1937; e Taunay (Afonso d'E.), *obra cit.*, vol. II, pág. 293.

(80). — Prado (Paulo), *obra cit.*, pág. 70.

(81). — Taunay (Afonso d'E.), *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1711-1720)*, págs. 329-335.

(82). — Taunay (Afonso d'E.), *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, vol. I, pág. 131-145.

antiga função religiosa, tão decisiva nas origens do primitivo povoado piratiningano. Restaurados pouco mais tarde, continuariam, porém, os padres da Companhia de Jesús a desempenhar papel de relêvo no ensino, em seu tradicional Colégio (83).

#### ASCENÇÃO POLÍTICA E DECADÊNCIA ECONÔMICA.

Em conseqüência do Bandeirismo, crescera a importância e o prestígio de São Paulo. A fama de seus sertanistas ecoava nas Capitânicas do Norte, onde haviam êles ajudado a combater os quilombolas dos Palmares e a indiada rebelde, dando início à conquista do alto Sertão nordestino. As autoridades portuguesas da colônia e até mesmo os Reis de Portugal seguiam, com interesseira atenção, as atividades dos paulistas (84). Por isso, ampliou-se consideravelmente a *função político-administrativa* de São Paulo: a partir de 1681, tornou-se sede da Capitania de São Vicente, e no ano de 1711 viu-se elevada à categoria de cidade, chegando a ser a metrópole político-administrativa de vasta porção do território brasileiro.

De fato, levando em conta os problemas políticos, administrativos e militares (Guerra dos Emboabas) da região das minas e da sua capital, decidiu El-Rei D. João V criar a *Capitania de São Paulo e Minas do Ouro*, separada do govêrno do Rio de Janeiro, em 1709 (85). Logo depois, resolvia o mesmo soberano atender aos apelos da Câmara e do povo, endossados pelo Governador da Capitania recém-criada, e assinava a carta-régia de 11 de julho de 1711, que elevava a antiga vila à categoria de cidade (86). No meado do século XVIII, a 29 de abril de 1745, era criado o *Bispado de São Paulo*. Completava-se, pois, o quadro administrativo da cidade, que se erigia em capital política, depois de ter sido a "capital" do Bandeirismo (87).

Em 1748, a Corôa extinguiu a Capitania de São Paulo, submetendo-a novamente ao govêrno do Rio de Janeiro. Restaurada em 1765, entrava a Capitania na fase do govêrno dos Capitães-Generais.

(83). — Taunay (Afonso d'E.), *História da Vila de São Paulo no século XVIII* (1701-1711), págs. 167-168.

(84). — Taunay (Afonso d'E.), *História da Cidade de São Paulo no século XVIII* (1711-1720), págs. 352-357.

(85). — Taunay (Afonso d'E.), *História da Vila de São Paulo no século XVIII* (1701-1711), págs. 142-145.

(86). — Veja-se a íntegra deste documento em Taunay (Afonso d'E.), *obra cit.*, págs. 161-162.

(87). — A elevação de São Paulo à categoria de cidade acarretou certas mudanças administrativas. O Conselho Municipal passou a ser *Senado da Câmara*, que na época se compunha de dois Juizes Ordinários, três Vereadores, um Procurador e um Escrivão. Foram criados novos cargos, como os de Ouvidor-Geral e Juizes de bairros, e de vintena, cf. Taunay (Afonso d'E.), *História da Cidade de São Paulo no século XVIII* (1711-1720), págs. 339-342.

rais. Data de então a sucessão de administrações totalmente orientadas pelos interesses da Metrópole, agravando-se a decadência da capital paulista, abatida pelo despovoamento e pela miséria. Reduzido a mera circunscrição administrativa, nivelava-se São Paulo às demais Capitânicas, anulando-se ou, pelo menos, fazendo-se sopitar sua consciência autônoma, outrora tão altaneira.

No entanto, essa ascensão político-administrativa coincidiu, durante o setecentismo, com uma fase de decadência econômica e de estagnação urbana. Encerrados os ciclos de expansão das Bandeiras, até o primeiro quartel do século XVIII, a cidade se encontrava empobrecida e desfalcada de moradores. "Mortos no sertão", consoante se declara a cada passo nos testamentos e inventários da época, ou recrutados para as guerras contra os espanhóis do Rio da Prata, haviam os paulistas, especialmente os mais capazes, abandonado em massa o torrão natal. Em seguida, a febril exploração das riquezas minerais provocou ativo movimento migratório para os distritos auríferos. E outra corrente povoadora se deslocou para as campinas do sul, onde ia próspera a criação do gado. Em detrimento de sua cidade, o paulista ia povoar, ao lado dos forasteiros atraídos pela miragem do ouro, os territórios imensos que o Bandeirismo desvendara (88).

O fastígio da mineração, porém, foi efêmero. Na fase mais ativa da exploração das minas, o declínio da produção agro-pecuária ocasionou profundo desequilíbrio entre a riqueza aurífera e o valor das utilidades mais corriqueiras, chegando-se, por exemplo, a comprar "uma abóbora por quatro oitavas de ouro" (89) ou a pagar quarenta oitavas por um alqueire de milho (90), nas zonas mineiras. E em São Paulo, a carestia da vida era motivo de constante atribulação das Câmaras (91). Agravou-se a alta dos preços com a escassez crescente de gêneros e gado, substancialmente desviados para o abastecimento dos centros mineradores nascentes. Só nas últimas décadas do setecentismo, tomaram os Capitães-Generais algumas medidas, no sentido de reerguer a produção da zona rural paulistana, cujo consumo tinha passado a depender das safras colhidas em localidades próximas, como Atibaia, Parnaíba e Mogi das Cruzes (92).

(88). — Simonsen (Roberto), *obra cit.*, tomo I, pág. 363; e Taunay (Afonso d'E.), *História da Vila de São Paulo no século XVIII (1701-1711)*, págs. 3-8.

(89). — Holanda (Sérgio Buarque de), *obra cit.*, pág. 76.

(90). — Prado (Paulo), *obra cit.*, pág. 29; e Simonsen (Roberto), *obra cit.*, tomo II, 79-80.

(91). — Taunay (Afonso d'E.), *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1711-1720)*, págs. 403-410.

(92). — Cf. Taunay (Afonso d'E.), *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1765-1801)*, 2a. parte, págs. 91-93, São Paulo, 1951; e Bruno (Ernani Silva), *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vol. I, p. 266, Liv. José Olímpio, Rio, 1953.

A falta de numerário, que ainda obrigava ao recurso do pagamento em “drogas da terra”, por seu turno concorria para uma aguda crise financeira. Evadia-se a reduzida moeda, inclusive o ouro produzido na Capitania paulista, por causa da insuficiência de mercadorias exportáveis (93). De modo que, nem mesmo o aparecimento do ouro em pó ou em barras, com o desenvolvimento da mineração, foi capaz de provocar sensível acréscimo do moedário corrente, sendo aliás pouco o metal que passou pela Casa de Fundição de São Paulo (94), no século XVIII.

Extinguiu-se a extração intensiva do metal amarelo na segunda metade do século XVIII (a partir de 1764, segundo Eschwege), mas aumentaram contraditariamente as exigências do fisco real, que pesavam em excesso sobre uma lavoura, uma pecuária e um comércio de diminuto rendimento (95). Exauria-se São Paulo de Piratininga, em virtude do seu próprio movimento de expansão, determinado por imperativos econômicos (96), e perdia grande parcela de seus habitantes aptos que, passado o acesso febril da mineração, se haviam afazendado nas vilas e arraiais fundados ao longo dos caminhos das Bandeiras ou em tôrno dos centros auríferos decedentes.

A vida econômica local de São Paulo, por isso mesmo, acusou certas transformações, que acabaram por caracterizá-la, a partir do século XVIII.

As propriedades da zona rural, núcleos agro-pecuários que se espalham pelos arredores da vila, dentro de um perímetro não muito extenso, tenderam cada vez mais a dividir-se. Tornaram-se predominantes as pequenas e médias propriedades, já porque eram limitadas as áreas distribuídas pela maioria das concessões publicadas, já porque as sesmarias mais vastas, doadas a princípio, dificilmente se mantinham e, em regra, iam sendo retalhadas (97). Continuou reduzido o valor da propriedade imobiliária, quer o das fazendas e fazendolas da zona rural (98), quer o dos prédios urbanos (99), informando Taunay que

“ainda em meados do século XVIII, valia um par de escarpins de sêda para senhora mais que uma casinha do Triângulo, cujo aluguel se quotava por quatro vinténs mensais” (100).

(93). — Simonsen (Roberto), *obra cit.*, tomo I, pág. 338.

(94). — Taunay (Afonso d'E.), *História da Cidade de São Paulo no século XVIII* (1765-1801), vol. II, 2a. parte, pág. 223.

(95). — Simonsen (Roberto), *obra cit.*, tomo I, pág. 364.

(96). — Simonsen (Roberto), *obra cit.*, tomo I, pág. 365.

(97). — Ellis Júnior (Alfredo), *Raça de Gigantes*, págs. 257-271.

(98). — Taunay (Afonso d'E.), *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, vol. IV, págs. 173-175; e Simonsen (Roberto), *obra cit.*, tomo I, pág. 329.

(99). — Machado (Aicântara), *obra cit.*, págs. 34-37.

(100). — Taunay (Afonso d'E.), *obra cit.*, vol. IV, pág. 165.

O valor da terra se amesquinhou, em comparação com o dos artigos manufaturados, sobretudo os provenientes da importação.

A organização do trabalho continuou obedecendo às normas que vinham do primeiro século, dentro da regulamentação dos ofícios manuais, cada qual com os respectivos Juizes. O modesto desenvolvimento do núcleo urbano apenas comportou o aparecimento de alguns ofícios novos e especializados (101). Sob outro aspecto, o trabalho dependia ainda do indispensável contingente de mão-de-obra escravizada. Ao lado dos índios, descidos pelas Bandeiras de preia, começou a avolumar-se a introdução de escravos negros, incrementada desde os fins do século XVII, em consequência da exploração das minas (102). Vendidos a preços mais altos, pois eram trabalhadores mais aptos que o índio, só em reduzida porcentagem se fixaram os africanos em São Paulo (103). Ainda assim, durante o século XVIII, passou o escravo negro a constituir a mão-de-obra essencial no trabalho agrícola e o elemento indispensável aos serviços domésticos.

Apesar da decadência econômica que temporariamente acarretou, foi a expansão paulista propícia ao início da *função comercial* da cidade. No desenvolvimento dessa função nova, ainda uma vez influiu decisivamente o fator geográfico, isto é, a situação de São Paulo, como centro de convergência e irradiação de caminhos (104). A atividade comercial dos paulistas, que com o tempo constituiria o primordial fator de seu reerguimento econômico, acusa crescente predominância nos fins do século XVIII, como atesta o "Divertimento Admirável", de Manuel Cardoso de Abreu (105).

Pelo intercâmbio a longas distâncias, ligavam-se os comerciantes de São Paulo ao Rio de Janeiro, de onde traziam mercadorias para a sua cidade; e freqüentavam os campos de criação do Brasil meridional, aonde iam buscar, para sua própria Capitania e para as regiões de lavoura e mineração, os muares destinados às "tropas", que constituíam o meio de transporte por excelência, naquela época. Outra corrente comercial típica do século XVIII foi a que se estabeleceu com a região mineradora de Cuiabá e tinha por ponto de partida o pôrto de canoas do Araraguaba (Pôrto Feliz): em

---

(101). — *Ibidem*.

(102). — Taunay (Afonso d'E.), *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, vol. III, pág. 13.

(103). — Cf. Prado Júnior (Caio), *obra cit.*, pág. 255; e Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, pág. 225.

(104). — Veja-se a transcrição desse interessante e valioso depoimento em Mota (Ottoniel), *obra cit.*, págs. 170-178.

(105). — Holanda (Sérgio Buarque de), *obra cit.*, págs. 196-198.

(106). — Holanda (Sérgio Buarque de), *obra cit.*, págs. 93-98. Ligações a princípio à história das Bandeiras e ao povoamento inicial de Mato Grosso, as Monções se transformaram em expedições com fins administrativos e mercantis — *monções de povoação*, como as denominou este historiador (*obra cit.*, págs. 200 e seguintes).

troca do ouro matogrossense, os mercadores de São Paulo enviavam cereais, toucinho, tecidos, armas e munições, aos povoados incipientes daquele sertão longínquo (106). Tal comércio era praticado pelas *Monções* ou expedições fluviais, que utilizavam as águas do rio Anhembi (Tietê) e dos afluentes da margem direita do rio Paraná, até alcançar o “varadouro” de Camapoã, em penosa e arriscada viagem, numa rota que se regularizou a partir da descoberta do ouro cuiabano (107).

Transformou-se também o sistema de transportes. Pelo século XVIII, havia diminuído a importância das vias fluviais, tão utilizadas nos dois primeiros séculos da colonização do planalto paulista (108). O sistema potamográfico, que tem por eixo o Tietê, se bem que ainda aproveitado até o início do século XIX, tinha sido alterado, em virtude de pequenas obras de retificação dos leitos e enxugo das várzeas marginais, e experimentava a concorrência das vias terrestres, pouco melhoradas (109).

Entretanto, as estradas ainda eram primitivas e dificilmente transitáveis, sendo o transporte por meio de animais o mais adequado ao meio geográfico, cujas condições de relevo e de clima estavam longe de facilitar a construção e a conservação de boas vias. Daí, nos transportes da época, o crescente emprego de equinos e muares, cuja importância aumentou à medida que se ampliava o comércio e as comunicações de São Paulo com as afastadas zonas de mineração e pecuária. Tal fato determinou o aparecimento de *feiras de burros*, das quais a mais célebre foi a de Sorocaba, desde a segunda metade do setecentismo (110).

Por essa época, as tropas percorriam as ruas da cidade, transportando cargas dos povoados próximos, demandando o pôrto de Santos ou de lá voltando (111), sob a direção dos tropeiros e conduzidas pelos seus subordinados. Esse rudimentar, mas providencial sistema de transportes, era secundado pelos característicos carros de boi, que também procediam das circunvizinhanças e estacionavam em pontos marginais da colina central, em que se colocava a cidade (112).

(107). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, pág. 210.

(108). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, págs. 211-213.

(109). — Veja-se, a propósito: Medeiros (F. L. d'Abreu), *Curiosidades Brasileiras*, tomo I, págs. 20-28, ed. Laemmert, Rio, 1864; Deffontaines (Pierre), *As feiras de burros de Sorocaba*, em “Geografia”, ano I, n.º 3, São Paulo, 1935; Ellis Júnior (Alfredo), *O ciclo do luar*, em “Revista de História”, n.º 1, págs. 73-80, São Paulo, 1950; Ellis (Myriam), *Estudos sobre alguns tipos de transportes no Brasil Colonial*, em Boletim n.º 115 da Fac. Fil., Ciên. e Letras da U.S.P., São Paulo, 1950.

(110). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, pág. 237.

(111). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, págs. 238-241.

(112). — Eram cinco os principais caminhos, a saber: *Tabatinguera*, para Leste; *Ipiranga* e *Ibirapuera* (Santo Amaro), para o Sul; *Pinheiros*, para Oeste; e *Guaré* (Luz), para o Norte — cf. Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, págs. 214-218, e Sant'Ana (Nuto), *São Paulo Histórico*, I, pág. 115, e V, págs. 151 e segs., São Paulo, 1944.

Foram-se regularizando, durante o século XVIII, as ligações por terra entre São Paulo e os povoados circunjacentes, através dos caminhos que partiam da cidade e vinham sendo transitados, desde os fins do quinhentismo (113). O velho *Caminho do Mar*, palmilhado também no primeiro século, mas durante muito tempo em precário estado de uso, foi afinal melhorado sob o governo do Capitão-General Bernardo José de Lorena, especialmente com a pavimentação da serra até o Cubatão — a *Calçada do Lorena*, que o tornava uma via segura e praticável até para animais cargueiros (114). Ficaram igualmente regularizadas as comunicações com os focos econômicos mais distantes do Rio de Janeiro (115) e de Minas Gerais. Cessará, em suma, o antigo isolamento de São Paulo, que se tornou, no meado do século XVIII, “o centro de uma estrêla irradiando em todos os quadrantes” (115).

#### AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII.

Sem pretender fixar, dentro de exatos limites, a área ocupada pela vila e cidade paulistana, na éra colonial — tarefa impossível, à falta de documentação precisa —, pode-se dizer que essa área pouco se estendeu, desde o estabelecimento do primitivo núcleo quinhentista até os fins do século XVIII. O centro urbanizado da cidade estava confinado na área aproximadamente triangular, delimitada pelos cursos do Tamanduateí e do seu afluente Anhangabaú, sem atingir ao Norte a confluência destes dois cursos de água (117).

Pelas terras do têrmo da cidade, houvera limitada expansão de moradores até o meado do setecentismo. Do lado de Oeste, as habitações mal se avizinham do futuro largo do Rosário (atual praça Antônio Prado) e estava desocupada a área que se estendia, pelos desbarrancados íngremes, até o leito do Anhangabaú. A cavaleiro deste ribeirão, a rua extrema foi a de São Bento, até fins do século XVIII, quando se abriu a de São José, hoje Líbero Badaró (118). Para a banda leste, a escarpa acentuada e sujeita a desmoronamentos dificultava o acesso à várzea do Tamanduateí; por isso mesmo, deste lado, por muito tempo os arruamentos principais foram as ladeiras do Carmo e da Tabatinguera. E no rumo do Norte, a partir

(113). — Taunay (Afonso d'E.), *História da Cidade de São Paulo no século XVIII* (1765-1801), vol. II, 2a. parte, págs. 157-165; e Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, págs. 226-229.

(114). — Taunay (Afonso d'E.), *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, vol. II, pág. 70.

(115). — Prado (Paulo), *obra cit.*, Introdução, págs. XIII-XIV. Veja-se o esquema das estradas que partiam de São Paulo, nos fins do século XVIII, em Prado Júnior (Caio), *obra cit.*, pág. 257.

(116). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, pág. 181-189.

(117). — Taunay (Afonso d'E.), *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, vol. IV, pág. 335.

(118). — Taunay (Afonso d'E.), *História das Bandeiras Paulistas*, vol. II, pág. 280.

do mosteiro de São Bento, começava o caminho para o Guaré (Luz), que haveria de se transformar na atual rua Florêncio de Abreu.

A zona rural que, à maneira dos vilarejos portugueses, se constituira desde a primeira centúria em tórno do núcleo inicial de São Paulo (119), já se estendia, na segunda metade do seiscentismo, a mais de seis ou sete léguas “por caminhos fragosos”, conforme reza uma Ata municipal de 1655 (120). Tal progressão tendeu a acentuar-se, na segunda metade do século XVIII, quando iam melhorando as condições econômicas.

Se o crescimento urbano de São Paulo obedeceu a um ritmo apenas perceptível, não menos vagaroso se processou o aumento de sua população (121). As primeiras avaliações de relativo valor, mas ainda incompletas e pouco rigorosas, datam da segunda metade do setecentismo, quando as mandaram proceder os Capitães-Generais. Em 1794, foram recenseados 9.359 habitantes, no tórno da cidade (122).

Até a entrada do século XIX, apresentava a capital paulista o seu aspecto de cidadezinha provinciana. O casario, entre o qual eram raras as habitações de sobrado (123), mal começava a exibir maiores dimensões e certos sinais de confôrto, predominando ainda a taipa de pilão (124), velho processo de construir introduzido pelos povoadores portugueses. A elevação de São Paulo à categoria de cidade veio concorrer para a construção de edifícios públicos de algum vulto, a cujo lado os edifícios conventuais iam emprestando certo ar de importância à capital.

A irregularidade dos arruamentos, em boa parte decorrente da atormentada topografia do sítio urbano, levou as autoridades municipais a nomear tardiamente um “Oficial arruador”, só em 1753. No “Divertimento Admirável”, de 1783, são enumeradas doze ruas principais, “tôdas com suas travessas correspondentes”, com o defeito, porém, de serem mal ordenadas e mal caçadas. No extremo de algumas dessas ruas, com as quais se cruzavam becos estreitos abriam-se os velhos “pátios”, também chamados “terreiros” ou praças (125). Esse conjunto desordenado de vias tortuosas e apertadas

(119). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, pág. 185.

(120). — Veja-se a explicação das causas deste fato em Toledo Piza, citado por Milliet (Sérgio), *Roteiro do Café e outros ensaios*, págs. 136-142, ed. Departamento de Cultura, São Paulo, 1941.

(121). — Taunay (Afonso d’E.), *Velho São Paulo*, tomo I, pág. 24, ed. Melhoramentos, São Paulo.

(122). — Os sobrados tinham começado a aparecer desde fins do século XVI, cf. Taunay (Afonso d’E.), *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, vol. IV, pág. 330.

(123). — Veja-se a descrição deste tipo de construção em Leite (Aureliano), *A Igreja e o Colégio dos Jesuítas*, em “O Estado de São Paulo”, 6 de janeiro de 1954.

(124). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, págs. 157-161.

(125). — Cf. Taunay (Afonso d’E.), *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, vol. IV, pág. 350, e *História da cidade de São Paulo no século XVIII*, tomo II, págs. 55-68, e tomo III, págs. 138-147; e Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, págs. 242-249.

das mergulhava na escuridão da noite, salvo quando se aclarava a cidade com as luminárias, por ocasião das raras festas e solenidades coloniais. E com este aspecto de desarranjo urbanístico, São Paulo entrou no século XIX.

Os vales e os rios, elementos típicos da topografia paulistana, deram causa ao problema da construção de viadutos, na fase moderna de urbanização da cidade. Já as toscas pontes de madeira da época colonial, ainda que pouco numerosas, bem como conservação dos caminhos vicinais, eram motivo de constante preocupação dos edis (126).

Os viajantes estrangeiros, que visitaram São Paulo no início do século XIX, particularmente John Mawe e Saint-Hilaire, tiveram a atenção voltada para esse aspecto característico da paisagem urbana (127).

Outro problema, diretamente ligado dependente do fator hidrográfico, era o das grandes inundações, que alagavam as várzeas, caminhos e estradas, e punham em risco a integridade das pontes. Durante os meses do verão, ficavam seriamente comprometidas as comunicações com o litoral e com as vilas do interior (128).

O abastecimento da cidade já determinara, desde os dois primeiros séculos, problemas sérios, como os do sal e da carne. O fornecimento de gêneros alimentícios só melhoraria a partir do século XIX, em cujo início ainda se recorria à caça e à pesca (129).

Mas, no século anterior, para o comércio desses gêneros, foi estabelecido o primeiro Mercado regular da cidade, com a construção das "casinhas" ou quitandas, onde os roceiros e plantadores das cercanias vinham vender os produtos de seus sítios, e também com as feiras armadas fora da área urbana (130).

Abastecimento de água potável canalizada só existiu realmente a partir do meado do setecentismo, pelos processos mais rudimentares, aumentando então o número de chafarizes públicos, o que não excluía o uso já antigo das bicas e fontes naturais (131).

Desde as primeiras décadas do século XIX, manifestam-se os indícios do reerguimento econômico, que pouco a pouco criaria condições mais favoráveis ao surpreendente surto urbano do São Paulo moderno. O fator principal desse reerguimento foi a atividade comercial, já notada na segunda metade do setecentismo e que paulatinamente se foi ampliando. Os comerciantes da capital con-

(126). — Mawe (John), *Viagens ao interior do Brasil*, pág. 771, ed. Zélio Valverde, Rio, 1944; e Saint-Hilaire (Auguste de), *obra cit.*, pág. 178.

(127). — Cf. Taunay (Afonso d'E.), *História da cidade de São Paulo no século XVIII (1711-1720)*, pág. 423.

(128). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, pág. 271.

(129). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, pág. 303.

(129). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, pág. 303.

(130). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, págs. 305-306.

(131). — Bruno (Ernani Silva), *obra cit.*, vol. I, págs. 280-288.

tinuavam a fornecer mercadorias às vilas do interior da Província; intercâmbio de proporções ainda modestas, mas que se apoiava num mercado regional de base constante (132). De fato, o centro mercantil de São Paulo contava com uma sólida retaguarda agrícola; graças ao desenvolvimento das plantações de cana e da produção de açúcar, nos núcleos de povoamento fundados pelos pioneiros, que agora arroteavam o solo fértil das zonas então recobertas de florestas (Jundiá, Campinas, Pôrto Feliz, etc.). Esse ciclo agrícola, iniciado desde as últimas décadas do século XVIII (133), serviu de ponto de apoio à restauração da economia paulista, até o advento do café.

Já havia começado uma pequena exportação para outras províncias e para a Europa (134). E a capital paulista ia assumindo o aspecto de uma pequena praça comercial, cujas transações comportaram a fundação do "Banco de São Paulo", espécie de sucursal de estabelecimento congênere do Rio de Janeiro (135).

A cidade que assim se refazia da decadência conseqüente ao Bandeirismo e à mineração, por outro lado se beneficiava de sua função política, como capital e sede das mais altas autoridades civis e eclesiásticas da Província. E, já entrando em sua fase de recuperação, despedia-se São Paulo do período colonial, em busca do surto de progresso político, cultural, social, econômico, demográfico e urbano, que lhe caracteriza a história, desde a segunda metade do século XIX.

### RAUL DE ANDRADA E SILVA

Da Sociedade de Estudos Históricos e da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

### BIBLIOGRAFIA

#### I. Estudos especiais:

- ABREU (Manuel Cardoso de) — *"Divertimento Admirável..."* — na Revista do Instituto Hist. e Geog. de São Paulo, vol. VI, pág. 253.
- BRUNO (Ernani Silva) — *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, 3 vols. Livraria José Olímpio, Rio, 1954.
- CAMPOS (Pedro Dias de) — *Piratininga na era da fundação de São Paulo*, em "Paulistânia", n.º 38, São Paulo, janeiro-fevereiro de 1951.
- CINTRA (Assis) — *Como se fundou São Paulo*, em "Paulistânia", n.º 38, São Paulo, janeiro-fevereiro de 1951.

(132). — Monbeig (Pierre), obra cit., pág. 76.

(133). — Cf. Ellis Júnior (Alfredo), Ellis (Myriam), *A Economia Paulista no século XVIII*, pág. 77-90, em Boletim n.º 115 da Fac. Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., São Paulo, 1950.

(134). — Monbeig (Pierre), obra cit., pág. 77.

(135). — Saint-Hilaire (Auguste de), obra cit., pág. 180.

- CORDEIRO (J. P. Leite) — *Nóbrega, fundador de São Paulo*, em “O Cruzeiro”, ano XXVI, n.º 15, Rio, 23 de janeiro de 1954.
- FALCÃO (Edgard de Cerqueira) — *Dados cronológicos sobre a fundação de São Paulo*, em “Paulistânia”, n.º 43, São Paulo, março-abril-maio de 1952.
- FERREIRA (Tito Lívio) — *A propósito da fundação da cidade de São Paulo*, em “Revista do Arquivo Municipal”, vol. CXL, São Paulo. — *Onde nasceu a cidade*, em “Paulistânia”, n.º 38, São Paulo, janeiro-fevereiro de 1951. — *Padre Manuel da Nóbrega e São Paulo de Piratininga*, em “O Estado de São Paulo”, 25 de janeiro de 1954.
- FLORENCE (Amador) — *Curiosidades do censo paulistano de 1765*, em “Revista do Arquivo Municipal”, vol. LXXIX, São Paulo.
- JARDIM (Caio) — *São Paulo no século XVIII*, em “Revista do Arquivo Municipal”, vol. XLI, São Paulo, 1937.
- LEITE (Aureliano) — *A Igreja e o Colégio dos Jesuítas*, em “O Estado de São Paulo”, 6 de janeiro de 1954, pág. 26. — “*O Cabo Maior dos Paulistas*”.
- LEITE (Serafim, S. J.) — *A Cidade de São Paulo e a Companhia de Jesus*, em “O Estado de São Paulo”, 25 de janeiro de 1954. — “*Os Jesuítas na vila de São Paulo*” — Revista do Arquivo Municipal, XXI, pág. 3.
- MARTINS (Antônio Egídio) — *São Paulo Antigo (1554-1910)* — São Paulo, 1911-1912.
- MONBEIG (Pierre) — *La croissance de la Ville de São Paulo*, em “Revue de Géographie Alpine”, Grenoble, 1952. — *Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo*, em “O Estado de São Paulo”, 25 de janeiro de 1954.
- MONTEIRO — (Zenon Fleuri) — *Reconstituição do Caminho de Carro para Santo Amaro* — Prefeitura Municipal, São Paulo, 1943.
- MORSE (Richard N.) — *São Paulo (Raízes oitocentistas da metrópole)*, Imprensa Oficial, São Paulo, 1950.
- MOTA (Otoniel) — *Do Rancho ao Palácio*, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1941.
- PEREIRA (Batista) — *A Cidade de Anchieta*, em “Revista do Arquivo Municipal”, vol. XXIII, São Paulo, 1936. — *Piratininga no século XVI*, em “Revista do Arquivo Municipal”, vol. XLIII, São Paulo, 19.
- PIZA (Antônio de Toledo) — *A Igreja da Capital do Estado de São Paulo* — Revista do Instituto Hist., Geog., e Etnográfico Brasileiro, vol. LIX, II, pág. 57.
- PRADO JÚNIOR (Caio) — *O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo*, em “Geografia”, ano I, n.º 3, São Paulo, 1935. — *Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo*, em “Estudos Brasileiros”, ano III, vol. VII, Rio, 1941.
- SAMPAIO (Teodoro) — *São Paulo no tempo de Anchieta*, São Paulo, 1897. — *A fundação da cidade de São Paulo*, em “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, vol. X. — *São Paulo de Piratininga no fim do século XVI*, em “Revista do Inst. Hist. e Geog. de São Paulo”, vol. IV. — V. Bueno, pág. 1410.
- SANT'ANA (Nuto) — *São Paulo Histórico (Aspectos, lendas e costumes)*, 6 vols. Ed. Departamento de Cultura, São Paulo, 1937-

1944. — *Os fundadores de São Paulo de Piratininga*, em "Correio Paulistano", 24 de janeiro de 1954. — *Os muros defensivos da vila*, em "O Estado de São Paulo", 25 de janeiro de 1954. — *Metrópole* — Departamento de Cultura, São Paulo, 1950.
- TAUNAY (Afonso d'E.) — *São Paulo nos primeiros anos (1554-1601)*, ed. Arrault & Cia., Tours, 1920. — *São Paulo no século XVI*, ed. Arrault & Cia., Tours, 1921. — *Piratininga*, Tip. Ideal, São Paulo, 1923. — *Non Ducor, Duco* (Notícias de São Paulo, 1565-1820), Tip. Ideal, São Paulo, 1924. — *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, 4 vols., Tip. Ideal, São Paulo, 1926-1929. — *História da Vila de São Paulo no século XVIII*, Imprensa Oficial, São Paulo, 1931. — *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, 3 vols., Imprensa Oficial, São Paulo, 1934-1935. — *Velho São Paulo*, 2 vols., ed. Melhoramentos, São Paulo, 1952. — *Os quatro séculos paulistanos*, em "Correio Paulistano". — *Amador Bueno e Outros Ensaíos* — Imprensa Oficial, São Paulo, 1943. — *História Antiga da Abadia de São Paulo*, Tip. Ideal, São Paulo, 1927. — *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1711-1720)*. — Imprensa Oficial, São Paulo, 1931. — *História da Cidade de São Paulo*, Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1954.
- VIOTTI (Hélio Abranches, S. J.) — *A Fundação de São Paulo pelos Jesuítas*, Revista de História, Ano V, n.º 17, pág. 119, São Paulo, 1954.

## II. Estudos gerais e subsidiários:

- ABREU (J. Capistrano de) — *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* — Ed. Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1930. — *Capítulos de História Colonial*, idem, Rio de Janeiro, 1928.
- ALMEIDA (Francisco José Lacerda de) — *Diário de Viagem...*, Instituto Nacional do Livro (Imprensa Nacional), Rio de Janeiro, 1944.
- ALMEIDA JÚNIOR (João Mendes de) — *Monografia do Município da Cidade de São Paulo* — Tipografia Jorge Seckler, São Paulo, 1882.
- ANCHIETA (José de) — *Cartas Inéditas* — Casa Eclética, São Paulo, 1900. *Cartas (1554-1594)* — Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1933. — *A Providência do Brasil* — Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1946.
- ANTONIL (André João) — *Cultura e Oportunidade do Brasil por Suas Drogas e Minas* — Edições Melhoramentos, São Paulo, 1923.
- AZEVEDO (Aroldo de) — *Subúrbios Orientais de São Paulo* — São Paulo, 1945.
- BELMONTE — *No Tempo dos Bandeirantes* — 2a. Edição, Departamento de Cultura, São Paulo, 1940.
- CARDIM, (Fernão) — *Tratados da Terra e da Gente do Brasil* — Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- CARTAS JESUITICAS — *Cartas Avulsas (1550-1568)* — Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1931.
- COSTA (Lúcio) — *Documentação Necessária* — Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 1, pág. 31.

- DEFFONTAINES (Pierre) — *Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo* — Geografia, n.º 2, pág. 117, São Paulo, 1935. *As Feiras de Burros de Sorocaba* — Geografia, n.º 3, São Paulo, 1935.
- ELLIS JÚNIOR (Alfredo) — *O Bandeirismo Paulista e o Recúio do Meridiano* — Tipografia Piratininga, São Paulo, s.d. *Meio Século de Bandeirismo (1590-1640)* — Boletim IX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1939. *Resumo da História de São Paulo*, Tipografia Brasil, São Paulo, 1942. *Amador Bueno e a Evolução da Psicologia Planaltina* — Boletim XLII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1944. *Capítulos da História Psicológica de São Paulo* — Boletim LIII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1945. *Raça de Gigantes* — Editorial Hélios, São Paulo, 1926. *O Ciclo do Muar* — Revista de História, n.º 1, pág. 73, São Paulo.
- ELLIS JÚNIOR (Alfredo) e ELLIS (Myriam) — *A Economia Paulista no Século XVIII* — Boletim 115 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950.
- ESCHWEGE (Wilhelm Ludwig von) — *Pluto Brasiliensis* — Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1944.
- FERREIRA (Tito Lívio) — *Gênese Social da Gente Bandeirante* — Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1944. *A Sociedade Paulistana no Século XVI* — São Paulo em Quatrocentos Anos, edição da Comissão do IV Centenário, I, São Paulo, 1953.
- FERNANDES (Florestan) — *Do Escravo ao Cidadão (Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo)* — Anhembi, n.º 30, São Paulo, 1953.
- FLORENCE (Amador) — *Curiosidades do Censo Paulistano de 1765* — Revista do Arquivo Municipal, LXXIX, pág. 131, São Paulo.
- FONSECA (Pe. Manuel da) — *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes (1753)* — Reedição da Cia. Melhoramentos, São Paulo, s. d.
- FRANCO (Francisco de Assis Carvalho) — *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo* — Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- FREITAS (Afonso A. de) — *Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico Ilustrado do Município de São Paulo* — Gráfica Paulista, São Paulo, 1929. *Geografia do Estado de São Paulo* — Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1906.
- GANDAVO (Pero de Magalhães) — *Tratado da Terra do Brasil* — Edição do Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1924.
- GARCIA (Emanuel Soares Veiga) — *A Real Fábrica de São João do Ipanema* — São Paulo em Quatrocentos Anos — Edição da Comissão do IV Centenário, I, São Paulo, 1953.
- HOENE (F. C.) — *Botânica e Agricultura do Brasil* — Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- HOLANDA (Sérgio Buarque de) — *Monções* — Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1945. — *Raízes do Brasil* — Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1936.
- JAMES (Preston) — *Rio de Janeiro and São Paulo* — Geographical Review, XXIII, 1933.
- JARDIM (Caio) — *São Paulo no Século XVIII* — Revista do Arquivo Municipal, XLI, pág. 149.

- LEITE (Aureliano) — *Breve Resumo Cronológico da História de São Paulo* — Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1944. — *História da Civilização Paulista* — Livraria Martins Editôra, São Paulo, s. d.
- LEITE (Serafim, S. J.) — *Novas Cartas Jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)* — Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1940. — *Páginas de História do Brasil* — Cia Editôra Nacional, São Paulo, 1937. *História da Companhia de Jesús no Brasil* — Livraria Portugalia, Lisboa, 1938.
- LEME (Pedro Taques de Almeida Pais) — *História da Capitania de São Vicente* — Edições Melhoramentos, São Paulo, s. d.
- LIMA JÚNIOR (Augusto de) — *Ligeiras Notas sôbre Arte Religiosa no Brasil* — Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 2, pág. 101.
- MACHADO (J. de Alcântara) — *Vida e Morte do Bandeirante* — Revista dos Tribunais, São Paulo, 1929.
- MADRE DE DEUS (Frei Gaspar da) — *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, Hoje Chamada São Paulo* — Tipografia da Academia, Lisboa, 1797.
- MAGALHÃES (Basilio de) — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* — Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1935.
- MARQUES (Manuel Eufrázio de Azevedo) — *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo* — Tipografia Laemmert, Rio de Janeiro, 1879.
- MARTIUS (C. F. P. von) e Spix (J. B. von) — *Viagens pelo Brasil* — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.
- MAWE (John) — *Viagens ao Interior do Brasil* — Ed. Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1944.
- MEDEIROS (F. L. d'Abreu) — *Curiosidades Brasileiras* — Tipografia Laemmert, Rio de Janeiro, 1864.
- MILLIET (Sérgio) — *Roteiro do Café e Outros Ensaio* — Departamento de Cultura, São Paulo, 1941.
- MOURA (Gentil de Assis) — *As Bandeiras Paulistas* — Editôra O Pensamento, São Paulo, 1914. — *Santo André da Borda do Campo* — Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, XIV, pág. 3, São Paulo, 1912.
- MOURA (Paulo Cursino de) — *São Paulo de Outrora* — 2a. edição — Livraria Martins, São Paulo, 1943.
- NÓBREGA (Manuel da) — *Cartas do Brasil* — Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1931.
- NÓBREGA (Mello) — *História de um Rio — o Tietê* — Livraria Martins, São Paulo, 1948.
- OLIVEIRA (J. J. Machado d') — *Quadro Histórico da Província de São Paulo até 1822* — 2a. edição, Tipografia Brasil, São Paulo, 1897.
- PIZA (Antônio de Toledo) — *O Tenente-General Arouche Rendon* — Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, V, pág. 105.
- PRADO (Paulo) — *Paulística* — Editôra Monteiro Lobato, São Paulo, 1925.
- PRADO JÚNIOR (Caio) — *Formação do Brasil Contemporâneo* — 2a. ed. — Editôra Brasiliense, São Paulo, 1945. — *Histó-*

- ria Econômica do Brasil* — Editôra Brasiliense, São Paulo, 1945.
- RENDON (José Arouche de Toledo) — *Memória sobre as Aldeias de Índios da Província de São Paulo, segundo Observações Feitas no ano de 1792* — Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Brasileiro, IV, pág. 295.
- Reflexões sobre o Estado em que se Acha a Agricultura na Capitania de São Paulo* — Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, XLIV, pág. 195.
- RIBEIRO (José Jacinto) — *Cronologia Paulista...* — São Paulo, 1899.
- RICARDO (Cassiano) — *Marcha para Oeste* — Livraria José Olímpio Editôra, Rio de Janeiro, 1942.
- RODRIGUES (José Washth) — *Documentário Arquitetônico* — Livraria Martins, São Paulo, s. d.
- SAIA (Luís) — *Fontes Primárias para o Estudo das Habitações, das Vias de Comunicação e dos Aglomerados Humanos em São Paulo no Século XVI* — Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1948. *Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista no Segundo Século* — Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 8, pág. 211.
- SAINT-ADOLPHE (J. C. R. Milliet de) — *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*, vol. II, 1845.
- SAINT-HILAIRE — *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)* — Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1938.
- Viagem à Província de São Paulo* — Cia. Editôra Nacional, São Paulo, Livraria Martins, 1940.
- SALVADOR (Frei Vicente do) — *História do Brasil* — Ed. Weiszflog Irmãos, Rio e São Paulo, 1918.
- SCHMIDT (Carlos Borges) — *Construções de Taipa* — Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1949.
- SIMONSEN (Roberto) — *História Econômica do Brasil* — Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1937.
- A Evolução Econômica de São Paulo* — Paulistânia, ano II, n.º 6, pág. 17, São Paulo, 1940.
- SOUSA (Washington Luís Pereira de) — *A Capitania de São Paulo (Governo de Rodrigo César de Menezes)* — 2a. edição — Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1938.
- SOUTHEY (Robert) — *História do Brasil* — Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1862.
- SPIX (J. B. von) e MARTIUS (C. F. P. von) — *Viagem pelo Brasil* — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.
- STADEN (Hans) — *Duas Viagens ao Brasil (1547-1555)* — Sociedade Hans Staden, 1942.
- TAUNAY (Afonso d'E.) — *Escritores Coloniais* — Diário Oficial, São Paulo, 1925.
- Rio de Janeiro de Antanho (Impressões de Viajantes Estrangeiros)* — Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1942.
- História das Bandeiras Paulistas*, 2 vols., Edições Melhoramentos, São Paulo, s. d. (1953?).
- TAUNAY (Visconde de) — *Memórias* — Editôra Ipê, São Paulo, 1948.

- VASCONCELOS** (Simão de) — *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* — 2a. edição — J. Fernandes Lopes, Lisboa, 1865.
- ZENHA** (Edmundo) — *O Município do Brasil (1532-1700)* — Editora Ipê, São Paulo, 1948.

III. *Documentos e Publicações Oficiais:*

- ATAS** da Câmara da Vila de São Paulo — Arquivo Municipal de São Paulo, 2 vols., 1914 e 1915.
- ATAS** da Câmara de Santo André da Borda do Campo — Arquivo Municipal de São Paulo.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES** para a História e Costumes de São Paulo — Arquivo do Estado de São Paulo.
- REGISTRO GERAL** da Câmara da Cidade de São Paulo — Arquivo Municipal de São Paulo e Departamento de Cultura de São Paulo.
- INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS** — Arquivo do Estado de São Paulo.